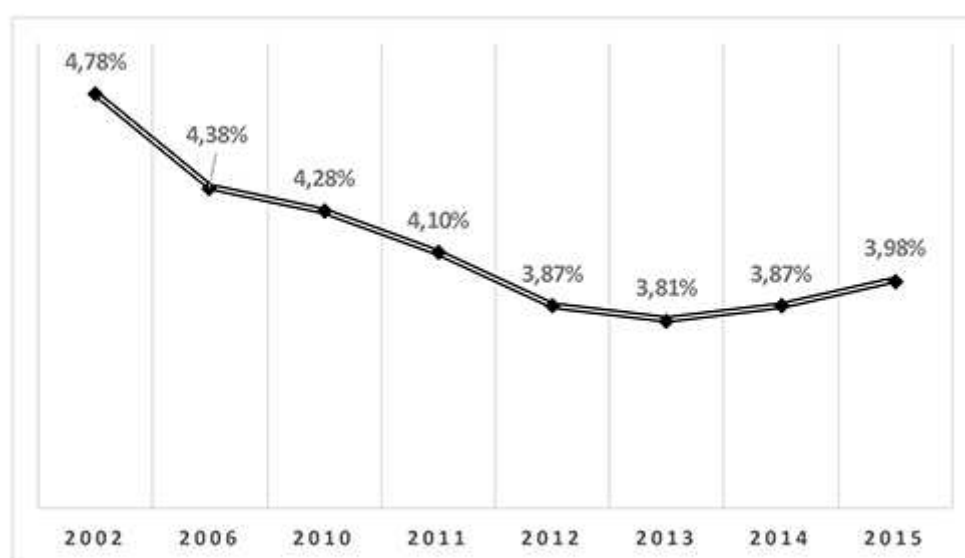


**DIEESE - Subseção APCEF/SP**

Informe Semanal - n. - 69, 26/04/2016

O Governo Federal gasta demais?

Organizações patronais, FIESP à frente, e mídia familiar, segmento liderado pelas organizações Globo, repetem insistentemente o nome do mal maior do país: chama-se gasto público. Defendem, assim, a redução das despesas. Encabeça a lista de males a folha de pagamento da máquina, segundo eles, inchada. Mas, afinal, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), que representa a riqueza produzida no país, a máquina cresce ou se reduz nos últimos anos? Se reduz. Em 2002, correspondia a 4,78% e, em 2015, 3,98%.

Gráfico 1 – Dispêndio com pessoal e encargos sociais em relação ao PIB – (Governo Central)

Fonte: IPEA – TD 2191 – abril de 2016

Elaboração: DIEESE Subseção APCEF São Paulo

>Saiba mais

Previdência e rentistas

Também sob a visão das organizações patronais mencionadas acima, outro dos males que deve ter intervenção imediata é a previdência pública. Propostas recorrentes são desvinculação do valor do benefício em relação ao salário-mínimo e imposição de idade mínima. Desvinculação do salário-mínimo é sinônimo de aposentados ganhando menos que o mínimo; idade mínima é castigar o mais pobre, que, em regra, começa a trabalhar e contribuir muito mais jovem. Mas é conveniente registrar que, em proporção ao PIB, o dispêndio da amaldiçoada previdência está se equiparando ao gasto com abençoados juros nominais da dívida pública. A diferença é que a previdência alcança dezenas de milhões e a dívida pública alguns milhares, se tanto.

Tabela 1 – Gasto com juros da dívida pública e dispêndio com previdência em relação ao PIB

Ano	dispêndio em relação ao PIB	
	Juros Nominais	Previdência
2002	7,61%	6,63%
2006	6,72%	7,97%
2010	5,03%	7,90%
2011	5,41%	7,79%
2012	4,45%	8,01%
2013	4,68%	8,19%
2014	5,48%	8,56%
2015	8,50%	8,87%

Fonte: IPEA - TD 2191, para previdência; Banco Central do Brasil, para juros

>Saiba mais

Uma ponte para os especuladores

O Orçamento público, proposto pelo Executivo a cada ano e aprovado pelo Congresso Nacional, contém vinculações, espécie de travas legais: há mínimo a ser gasto em educação e saúde, por exemplo, além do custeio da própria máquina. O programa “Uma Ponte para o Futuro”, resumo das pretensões do futuro governo Temer, se apeado o governo Dilma, defende o fim das incômodas vinculações. Com essa futurista visão, o governo de plantão disporia de todo o recurso para aplicá-lo a seu juízo, sem a inconveniente trava constitucional. No caso, gastará sob a ótica plutocrática. É, certo sentido, o fim de muitos dos direitos garantidos na Constituição Federal. Certamente, a ponte para o futuro será a via para carregar mais dinheiro à já carregada rubrica “encargos especiais”.

Tabela 2 – Execução orçamentária da União – 2014

Grupo de Despesas	Dispêndio	Em relação ao total
Previdência Social	R\$ 494.408.293.612,20	21,79%
Saúde	R\$ 92.515.938.123,19	4,08%
Educação	R\$ 85.425.311.402,75	3,77%
Trabalho	R\$ 71.407.339.181,36	3,15%
Assistência Social	R\$ 70.412.487.966,37	3,10%
Administração	R\$ 18.952.298.753,73	0,84%
Segurança pública	R\$ 8.057.404.452,89	0,36%
Demais	R\$ 156.293.577.052,08	6,89%
Encargos Especiais (*)	1.271.295.776.486,61	56,03%
Total	2.268.768.427.031,18	

Fonte: Tesouro Nacional - RREO 6º bimestre de 2014

Elaboração: DIEESE Subseção APCEF São Paulo

(*) Dispêndio com juros e amortizações da dívida pública da União

>Saiba mais